

# **CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DA MEADELA**

## **Demonstrações Financeiras Individuais**

**Exercício 2017**

**Modelo SNC elaborado por  
CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DA  
MEADELA**

**CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DA MEADELA**

**Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais  
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017**

(Valores expressos em euros)

**1. Nota introdutória**

O CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DA MEADELA, tem a sua sede na Rua Padre Alfredo Guerreiro, nº 55, freguesia da Meadela, concelho de Viana do Castelo. A sua actividade consta em Serviço de Apoio Domiciliário, Centro de Dia e Actividades de Tempos Livres.

**2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**

a) Referencial Contabilístico

Em 2017 as demonstrações financeiras do Centro Social e Paroquial da Meadela foram preparadas de acordo com o referencial do Sistema Normalização Contabilística (SNC), que integra as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF), adaptadas pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC) a partir das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS – anteriormente designadas por normas internacionais de contabilidade) emitidas pelo Internacional Accounting Standards Board (IASB) e adoptadas pela União Europeia.

b) Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos do Centro, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

c) Regime do acréscimo

O Centro regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de “Devedores e credores por acréscimos e diferimentos” (Nota 9).

d) Classificação dos activos e passivos não correntes

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respectivamente, como activos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os ‘Impostos diferidos’ e as ‘Provisões’ são classificados como activos e passivos não correntes.

e) Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota.

f) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

g) Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são reflectidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

h) Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

### **3. Principais políticas contabilísticas**

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

#### **3.1. Moeda funcional e de apresentação**

As demonstrações financeiras do Centro Social e Paroquial da Meadela são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transacções em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevalecentes à data da transacção.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/recebimentos das transacções bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos activos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira são, reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica “Gastos de financiamento”, se relacionados com empréstimos ou em “Outros gastos ou perdas operacionais”, para todos os outros saldos/transacções.

### 3.2. Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	<b>Anos de vida útil</b>
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6-10
Equipamento de transporte	5
Ferramentas e utensílios	4-6
Equipamento administrativo	6
Outros activos fixos tangíveis	10

---

As despesas com reparação e manutenção destes activos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Os activos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os activos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”, consoante se trate de mais ou menos valias.

### 3.3. Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição adicionado das despesas de compra.

### 3.4. Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao custo de mercado, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio. É registada uma imparidade para depreciação de inventários nos casos em que o valor destes bens é inferior ao menor do custo médio de aquisição ou de realização.

### 3.5. Clientes e outros valores a receber

As contas de “Clientes” e “Outros valores a receber” não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas ‘Perdas de imparidade acumuladas, para que as mesmas reflectam o seu valor realizável líquido.

### 3.6. Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica “Financiamentos obtidos”, expresso no “passivo corrente”

### 3.7. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

### 3.8. Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da actividade normal do Centro. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

O Centro reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que o Centro obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. O Centro baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transacção e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efectiva durante o período até à maturidade.

### 3.9. Subsídios e outros apoios:

Os subsídios para investimentos encontram-se registados em Outras variações nos fundos patrimoniais.

Estes subsídios foram atribuídos pelo Piddac e Fundo de Socorro Social.

#### 4. Activos fixos tangíveis

O movimento ocorrido nos activos fixos tangíveis e respectivas depreciações, no exercício de 2017 foi o seguinte:

	31 de Dezembro de 2017					Saldo em 31-Dez-17
	Saldo em 01-Jan-17	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
<b>Custo:</b>						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	675 028,27	-	-	-	-	675 028,27
Equipamento básico	95 566,34	-	-	-	-	95 566,34
Equipamento de transporte	118 872,17	-	-	-	-	118 872,17
Ferramentas e Utensílios	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	79 736,29	-	-	-	-	79 736,29
Outros activos fixos tangíveis	4 947,09	-	-	-	-	4 947,09
Investimentos em curso	-	-	-	-	-	-
	<u>974 150,16</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>974 150,16</u>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	222 793,30	13 500,56	-	-	-	236 293,86
Equipamento básico	82 060,44	2 591,39	-	-	-	84 651,83
Equipamento de transporte	88 007,83	12 771,46	-	-	-	100 779,29
Ferramentas e Utensílios	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	79 833,87	194,26	-	-	-	80 028,13
Outros activos fixos tangíveis	4 076,57	107,63	-	-	-	4 184,20
	<u>476 772,01</u>	<u>29 165,30</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>505 937,31</u>

#### 5. Activos Intangíveis

O movimento ocorrido nos activos intangíveis e respectivas depreciações, no exercício de 2017 foi o seguinte:

	31 de Dezembro de 2017					Saldo em 31-Dez-17
	Saldo em 01-Jan-17	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Perdas por imparidade	
<b>Custo</b>						
Despesas de Instalação (i)	-	-	-	-	-	-
Software	6 464,96	2 100	-	-	-	8 564,96
Propriedade industrial	-	-	-	-	-	-
Outras activos intangíveis	-	-	-	-	-	-
	<u>6 464,96</u>	<u>2 100</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>8 564,96</u>
<b>Depreciações Acumuladas</b>						
Despesas de Instalação (i)	-	-	-	-	-	-
Software	5 193,17	1 010,07	-	-	-	6 203,24
Propriedade industrial	-	-	-	-	-	-
Outras activos intangíveis	-	-	-	-	-	-
	<u>5 193,17</u>	<u>1 010,07</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>6 203,24</u>

## 6. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica “Inventários” apresentava a seguinte composição:

	<b>31-Dez-17</b>	<b>31-Dez-16</b>
Mercadorias	-	-
Materias primas subsidiárias e de consumo	500,14	272,16
Produtos acabados	-	-
	-	-
	<b>500,14</b>	<b>272,16</b>

## 7. Clientes

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, não houve movimentos ocorridos na conta de clientes.

## 8. Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica “Estado e outros entes públicos” no activo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

	<b>31-Dez-17</b>	<b>31-Dez-16</b>
<b>Activo</b>		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)	0,16	123,61
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	1 358,87	1 306,94
Outros impostos e taxas	-	-
	<b>1 359,03</b>	<b>1 430,55</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	-	-
Imposto sobre o rend. das pessoas singulares (IRS)	410,15	476,14
Segurança Social	3 098,72	3 146,47
Outros impostos e taxas	-	-
	<b>3 508,87</b>	<b>3 622,61</b>

## 9. Outras contas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, a rubrica “Outras contas a pagar” tinha a seguinte composição:

	31-Dez-17		31-Dez-16	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Outras contas a pagar	-	-	-	-
	29 403,32	21 393,74	29 403,32	21 269,61
	<b>29 403,32</b>	<b>21 393,74</b>	<b>29 403,32</b>	<b>21 269,61</b>
	-	-	-	-
	<b>29 403,32</b>	<b>21 393,74</b>	<b>29 403,32</b>	<b>21 269,61</b>

## 10. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 os saldos da rubrica “Diferimentos” do activo e passivo foram como segue:

	31-Dez-17	31-Dez-16
<b>Diferimentos ( Activo)</b>		
Valores a facturar	-	-
Seguros pagos antecipadamente	1 341,34	1 130,03
Juros a pagar	-	-
Outros gastos a reconhecer	196,00	213,52
	<b>1 537,34</b>	<b>1 343,55</b>
<b>Diferimentos ( Passivo)</b>		
Rendimentos a reconhecer	-	-
Outros rendimentos a reconhecer	-	-
	<b>-</b>	<b>-</b>

## 11. Caixa e depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	31-Dez-17	31-Dez-16
Caixa	35 476,62	35 629,91
Depósitos à ordem	34 286,97	27 444,47
Depósitos à prazo (i)	99 758,94	99 758,48
(...)	-	-
Outras	-	-
	<b>169 522,53</b>	<b>162 832,86</b>

## 12. Outras variações nos fundos patrimoniais

O saldo desta rubrica integra o valor dos subsídios para investimentos atribuídos pelo governo e outros a saber:

	<u>31-Dez-17</u>	<u>31-Dez-16</u>
Pidacc	264 961,36	273 241,41
Fundo Socorro Social	83 126,56	85 724,26
Outros	48 162,11	49 667,39
	-	-
	-	-
	<u><u>396 250,03</u></u>	<u><u>408 633,06</u></u>

## 13. Resultados transitados

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	<u>31-Dez-17</u>	<u>31-Dez-16</u>
Saldo a 1 de Janeiro	202 994,23	199 451,46
Reforço no período (i)	-	3 542,77
Reduções no período (ii)	4 662,17	-
Utilizações (iii)	-	-
Saldo a 31 de Dezembro	<u><u>198 332,06</u></u>	<u><u>202 994,23</u></u>

## 14. Resultado Líquido do exercício

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	<u>31-Dez-17</u>	<u>31-Dez-16</u>
<b>Resultados antes de Impostos</b>		
Imposto Corrente		
Resultado líquido do exercício	(8 033,40)	(4 662,17)
	<u><u>(8 033,40)</u></u>	<u><u>(4 662,17)</u></u>

## 15. Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica “Fornecedores” tinha a seguinte composição:

	<u>31-Dez-17</u>	<u>31-Dez-16</u>
Fornecedores conta corrente	2 948,55	3 577,96
Fornecedores conta títulos a pagar	-	-
Fornecedores recepção e conferência	-	-
Fornecedores outros	-	-
	<u><b>2 948,55</b></u>	<u><b>3 577,96</b></u>

	<u>31-Dez-17</u>		<u>31-Dez-16</u>	
	<u>Fornecedores gerais</u>	<u>Grupo / relacionados</u>	<u>Fornecedores gerais</u>	<u>Grupo / relacionados</u>
<b>Fornecedores</b>				
Fornecedores conta corrente	2 948,55	-	3 577,96	-
Fornecedores conta títulos a pagar	-	-	-	-
Fornecedores recepção e conferência	-	-	-	-
Fornecedores outros	-	-	-	-
	<u><b>2 948,55</b></u>	<u>-</u>	<u><b>3 577,96</b></u>	<u>-</u>

## 16. Vendas e prestações de serviços

As vendas e prestações de serviços nos períodos de 2017 e de 2016 foram como segue:

	<u>31-Dez-17</u>			<u>31-Dez-16</u>		
	<u>Mercado Interno</u>	<u>Mercado Externo</u>	<u>Total</u>	<u>Mercado Interno</u>	<u>Mercado Externo</u>	<u>Total</u>
Vendas de Produtos acabados	-	-	-	-	-	-
Prestação de serviços	84 940,00	-	84 940,00	85 682,50	-	85 682,50
	<u><b>84 940,00</b></u>	<u>-</u>	<u><b>84 940,00</b></u>	<u><b>85 682,50</b></u>	<u>-</u>	<u><b>85 682,50</b></u>

## 17. Subsídios à exploração

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	<b>31-Dez-17</b>	<b>31-Dez-16</b>
Centro Reg. Seg. Social		
ATL		
Centro de Dia	21 686,06	30 268,44
Apoio Domiciliário	122 352,00	112 772,14
Outros subsídios	2 656,14	-
	<b>146 694,20</b>	<b>143 040,58</b>

## 18. Custo das vendas

O custo das vendas nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, é detalhado como segue:

	31-Dez-17			31-Dez-16		
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total
Saldo inicial em 1 de Janeiro	272,16	-	272,16	200,47	-	200,47
Regularizações	-	-	-	-	-	-
Compras	36 222,39	-	36 222,39	36 258,42	-	36 258,42
Custo de vendas	35 994,41	-	35 994,41	36 186,73	-	36 186,73
Saldo final em 31 de Dezembro	<b>500,14</b>	-	<b>500,14</b>	<b>272,16</b>	-	<b>272,16</b>

## 19. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, foi a seguinte:

	<u>31-Dez-17</u>	<u>31-Dez-16</u>
Subcontratos	265,49	246,50
Serviços especializados	5 509,86	9 633,89
Materiais	1 500,84	2 595,90
Energia e fluidos	19 768,97	20 263,50
Deslocações, estadas e transportes	-	-
Serviços diversos (*)	-	-
seguros	2 104,84	1 936,95
conservação e reparação	11 998,32	3 740,19
outros	4 529,21	1 457,12
	<u><b>45 677,53</b></u>	<u><b>39 874,05</b></u>

## 20. Gastos com o pessoal

A repartição dos gastos com o pessoal nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, foi a seguinte:

	<u>31-Dez-17</u>	<u>31-Dez-16</u>
Remunerações dos órgãos sociais	-	-
Remunerações do pessoal	116 739,71	115 151,27
Benefícios pós-emprego	-	-
Indemnizações	-	-
Encargos sobre remunerações	25 120,27	25 257,54
Seguros	2 090,05	1 824,20
Gastos de acção social	-	-
Outros gastos com pessoal	960,83	2 196,75
	<u><b>144 910,86</b></u>	<u><b>144 429,76</b></u>

O número médio de empregados do Centro no exercício de 2017 manteve-se o mesmo em relação ao exercício de 2016.

## 21. Outros rendimentos e ganhos

Os outros rendimentos e ganhos, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, foram como segue:

	31-Dez-17	31-Dez-16
Rendimentos suplementares	-	-
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,05	10,93
Recuperação de dívidas a receber	-	-
Ganhos em inventários	-	-
Rendimentos e ganhos em subsidiárias e associadas	-	-
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	-	-
Rendimentos e ganhos em inv. não financeiros	-	-
Outros rendimentos e ganhos	17 373,03	17 053,03
	<b>17 373,08</b>	<b>17 063,96</b>

## 22. Outros gastos e perdas

Os outros gastos e perdas, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, foram como segue:

	31-Dez-17	31-Dez-16
Impostos	-	-
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	-
Dívidas incobráveis	-	-
Perdas em inventários	-	-
Ganhos e perdas em subsidiárias e associadas	-	-
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	-	-
Gastos e perdas em inv. não financeiros	-	-
Outros gastos e perdas	280,92	583,25
	<b>280,92</b>	<b>583,25</b>

### 23. Gastos/reversões de depreciação e de amortização

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, os gastos com depreciações e amortizações apresentavam-se como segue:

	31-Dez-17			31-Dez-16		
	Gastos	Reversões	Total	Gastos	Reversões	Total
Propriedades de investimento	-	-	-	-	-	-
Activos fixos tangíveis	29 165,30	-	29 165,30	29 511,41	-	29 511,41
Activos intangíveis	1 010,07	-	1 010,07	357,55	-	357,55
	<b>30 175,37</b>	-	<b>30 175,37</b>	<b>29 868,96</b>	-	<b>29 868,96</b>

### 24. Resultados financeiros

Os resultados financeiros, nos períodos de 2017 e de 2016, tinham a seguinte composição:

	31-Dez-17	31-Dez-16
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Juros obtidos	0,62	494,42
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
	<b>0,62</b>	<b>494,42</b>
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros suportados	2,21	0,88
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	-	-
	<b>2,21</b>	<b>0,88</b>
<b>Resultados financeiros</b>	<b>(1,59)</b>	<b>493,54</b>

## 25. Investimentos Financeiros

Esta rubrica inclui, essencialmente investimentos em instrumentos de capital próprio que não tem preço de mercado cotado num mercado activo e cujo justo valor não pode ser fiavelmente mensurado. Estes investimentos encontram-se mensurados pelo custo de aquisição deduzido de quaisquer perdas por imparidade acumuladas

	31-Dez-17		31-Dez-16	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
<b>Outros</b>	-	-	-	-
Fundo Reestruturação Setor Solidário	309,56	-	309,56	-
	-	-	-	-
	<b>309,56</b>	-	<b>309,56</b>	-
<b>Passivo</b>				
Detalhe 1	-	-	-	-
Detalhe 2	-	-	-	-
Outros saldos credores	-	-	-	-
	-	-	-	-

## 25. Eventos subsequentes

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2017.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

## 26. Informações exigidas por diplomas legais

A Administração informa que o Centro Social e Paroquial da Meadela não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de Outubro, a Administração informa que a situação do Centro perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.